

LISBOA FILM COMMISSION

GUIA DE FILMAGENS
LISBOA

Reunimos no presente guia recomendações que devem ser seguidas se pretende filmar/fotografar em Lisboa. Estão direcionadas para os profissionais do cinema, audiovisual, publicidade, televisão e outros, fotógrafos, estudantes ou qualquer pessoa que individualmente tenha um projeto de filme ou de sessão fotográfica.

Desde a criação, em 2012, pela Câmara Municipal de Lisboa (CML) da Lisboa Film Commission (LFC), assistimos a um crescimento exponencial, não só de pedidos de filmagens e sessões fotográficas como do turismo, que essencialmente se concentra nas mesmas zonas requisitadas para as filmagens.

Por outro lado, ocorreu entre 2012 e 2014 uma reorganização administrativa da cidade de Lisboa, com a passagem de algumas competências de ordem governativa para as juntas de freguesia.

A recente legislação aprovada pelo Governo em matéria fiscal com o objetivo de atrair o investimento em produção cinematográfica no nosso país deverá reforçar estas tendências de aumento da procura da cidade de Lisboa como destino de filmagens.

Torna-se assim necessário aperfeiçoar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela CML, no sentido da facilitação das condições de acesso e logísticas de produção cinematográfica, audiovisual e publicidade mas também da promoção de um saudável equilíbrio entre as expectativas e interesses dos produtores e as necessidades e a qualidade de vida dos residentes da cidade de Lisboa.

É este o sentido deste guia, recomendando-se em caso de filmagens com maior complexidade um contacto prévio com a LFC para análise das questões mais relevantes em causa.

ÍNDICE

1. PROCESSO PARA OBTENÇÃO DE LICENÇA PARA FILMAGENS – PASSO A PASSO

1.1. Licenças/Autorizações necessárias	6
1.2. Despesas a prever	7
1.3. Como pedir uma licença de filmagens em Lisboa?	8
1.4. A análise do seu pedido e a emissão da licença	10

2. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PELO MUNICÍPIO DE LISBOA

2.1. Apoios Não Financeiros	11
2.2. Apoios Financeiros.....	14

3. DURANTE AS FILMAGENS

3.1. Escolha de locais de filmagem	14
3.2. Filmar em locais privados ou em outros locais públicos (Administração Central ou Juntas de Freguesia)	15
3.3. Informar os residentes locais	16
3.4. Estacionamento e Condicionamentos de trânsito	16
3.5. Equipamentos e Estruturas a instalar.....	18
3.6. Filmagens e fotografias em espaço aéreo	19
3.7. Ruído.....	19
3.8. Iluminação Pública e Instalações Eléctricas.....	20
3.9. Presença das Forças de Segurança e Serviço do Regimento de Sapadores de Bombeiros.....	20
3.10. Participação de animais.....	21
3.11. Armas de fogo, Explosivos e Material Pirotécnico	22
3.12. Limpeza e Catering	22
3.13. Seguros e Responsabilidade.....	22
3.14. Fiscalização.....	23
3.15. Direitos de Autor e Direitos de Imagem	23
Contactos Importantes	24

1. PROCESSO PARA OBTENÇÃO DE LICENÇA PARA FILMAGENS – PASSO A PASSO

1.1. LICENÇAS/AUTORIZAÇÕES NECESSÁRIAS

ATIVIDADES	LICENÇA/ AUTORIZAÇÃO DA CML	LICENÇA/ AUTORIZAÇÃO DAS JUNTAS
Filmar/fotografar no espaço público (qualquer que seja a dimensão da equipa e o equipamento utilizado)	Sim	Não
Filmar/fotografar em espaço interior privado sem estacionamento na via pública	Não	Não
Filmar/fotografar em espaço interior privado com estacionamento na via pública	Sim	Não
Filmar/Fotografar em espaços municipais ⁽¹⁾ sem estacionamento na via pública	Sim	Não
Filmar/Fotografar em espaços municipais com estacionamento na via pública	Sim	Não
Filmar/Fotografar em domínios da cidade que não estejam sob a jurisdição da CML.	Não	Não
Filmar em espaços interiores sob gestão privada da Junta de Freguesia, sem estacionamento	Não	Sim

⁽¹⁾ Os espaços municipais compreendem todos os locais interiores que dependem da CML ou das Juntas de Freguesia, como sejam os cemitérios, os mercados/feiras, as infra-estruturas desportivas, os museus, os palácios, as escolas do ensino básico público, a Estufa Fria, etc., e também Monsanto. (Para verificar se o espaço em que pretende filmar é do domínio da CML, consulte por favor o site <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos> ou contacte a Lisboa Film Commission).

Actividades excluídas de pedido de autorização:

A gravação de imagens e reportagens fotográficas para fins de cobertura informativa de todos os meios de comunicação social, nomeadamente Rádio e Televisão, em locais públicos, aplicadas pela liberdade de acesso às fontes de informação (direito à informação e à liberdade de imprensa, artigos 9º e 10º Estatuto do Jornalista, a alínea b) do art.º 22 da Lei de Imprensa, artigo 37º nº 1 e 38º nº 2 b), 39º, alínea a) da Constituição da República Portuguesa), com “câmara ao ombro”, sem nenhum tipo de insta-

lação, reserva de espaço público ou que implique alterações à circulação de pessoas ou ao trânsito automóvel.

A tomada de imagens fotográficas unicamente para fins privados não carece de autorização da Câmara Municipal de Lisboa, desde que não conflitue com eventuais ocupações de espaço público, e desde que as imagens não sejam utilizadas para fins comerciais.

1.2. DESPESAS A PREVER

O Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa (RGTPORML), actualizado anualmente, estabelece as taxas de ocupação temporária de espaço público com filmagens e sessões fotográficas, assim como da licença especial de ruído, taxas de estacionamento, preços de cedência de equipamentos municipais, entre outros.

TAXAS FILMAGENS/FOTOGRAFIA

Administrativa (por cada pedido de licenciamento)	401,30 €
---	----------

Ocupação de espaço público de filmagens (por cada local/dia):	
--	--

Até 50 m ²	121,51 €
-----------------------	----------

De 50 m ² a 100 m ²	242,98 €
---	----------

Superior a 100 m ²	607,47 €
-------------------------------	----------

Ocupação de espaço público de estacionamento (por cada local/dia)	2,10 € x valor m ²
--	-------------------------------

Ocupação de espaço público para limpeza de campo de filmagens (por cada local/dia)	Valores iguais aos da ocupação de espaço público de filmagens
--	---

Licença Especial de Ruído – licenciamento	166,65 €
---	----------

Fiscalização/ por dia, entre outras	82,25 €
-------------------------------------	---------

PREÇO FILMAGENS/FOTOGRAFIA

Filmagens em equipamentos municipais	127,72 € + IVA (preço mínimo por hora. O preço a praticar pode ser superior a este valor, numa ponderação caso a caso).
--------------------------------------	---

Tabela de Taxas, Preços e outras receitas municipais 2017, actualizada anualmente

<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/camara-municipal/financas/taxas-e-precos-municipais>

As produtoras, no momento da formalização do pedido, podem requerer uma estimativa detalhada dos valores a cobrar.

Meios de pagamento:

- Presencialmente, no Balcão Iniciativa Lisboa, em Dinheiro ou por multibanco, levantando-se de imediato a licença.
- Por referência multibanco, indicada na guia de pagamento emitida pela CML. O comprovativo de pagamento deve ser enviado para o e-mail iniciativa.lisboa@cm-lisboa.pt, identificado com o nome e o número de identificação fiscal do requerente. A licença é enviada por e-mail.

A Licença Especial de Ruído é paga presencialmente.

Para ocupação de lugares de estacionamento nas áreas de concessão da EMEL, após a emissão da licença de filmagem, é necessário dirigir-se à Loja EMEL (Campo Grande, 25) para formalizar o pedido de concessão de lugares, constantes da licença atribuída e pagar as taxas correspondentes.

Todas as despesas relacionadas com competências de gestão das juntas de freguesia deverão ser liquidadas nas Juntas de Freguesia respectivas, nomeadamente os valores devidos pela ocupação de espaços sob gestão privada, interiores ou exteriores da junta.

1.3. COMO PEDIR UMA LICENÇA DE FILMAGENS EM LISBOA?

Pode fazer o pedido à Câmara Municipal de Lisboa, através de correio electrónico ou presencialmente no Balcão Iniciativa Lisboa¹ (iniciativa.lisboa@cm-lisboa.pt), mediante o preenchimento do formulário para Filmagens/Sessões Fotográficas em Lisboa e a entrega dos documentos necessários. Este formulário permite pedir as licenças necessárias para a realização de filmagens e sessões fotográficas num só documento.

Para apoio na instrução do pedido e para quaisquer esclarecimentos prévios, pode contactar a Lisboa Film Commission e agendar uma reunião.

¹ A entrega do pedido terá de dar entrada presencialmente ou por via electrónica no Balcão Iniciativa Lisboa até às 19h30, sob pena de ser apenas considerada a data do dia seguinte.

Documentos a anexar ao formulário:

- Cópia do documento de identificação e de documento comprovativo da legitimidade do requerente (no caso de não ser o representante legal da produtora);
- Cópia da certidão comercial da empresa ou cópia do cartão de contribuinte em nome individual;
- Seguro de responsabilidade civil (que cubra eventuais danos do exercício da actividade);
- Memória descritiva e justificativa detalhada da produção:
 - Descrição da filmagem/sessão fotográfica;
 - Equipamentos e estruturas a instalar (anexar imagens ou fotos);
 - Descrição dos equipamentos de amplificação sonora, caso resulte actividade ruidosa, e medidas previstas para redução do ruído;
 - Plantas de implementação das ocupações, contendo a localização específica das filmagens, reservas de estacionamento, de limpeza de campo de filmagem, cortes de trânsito, e de todos os equipamentos e estruturas a instalar e devidamente legendada (para maior facilidade aceda a: <http://lxi.cm-lisboa.pt>);
- Cópia de autorização de obtenção de imagem emitida por terceiras entidades;
- Cópia da carta/aviso aos moradores.

Aceda aos formulários através do link: <http://www.cm-lisboa.pt/servicos/pedidos/espaco-publico/ocupacoes-temporarias/filmagens-e-sessoes-fotograficas/documentos>

TIPO DE PRODUÇÃO		FORMULÁRIOS	OUTROS DOCUMENTOS
Produções com apoio municipal	Produções de relevante interesse cultural ou artístico	Formulário de filmagens/ sessões fotográficas e anexos Formulário de Atribuição de Apoio Não Financeiro	Dossier com informação sobre o projecto
	Estabelecimentos de ensino	Formulário de filmagens/ sessões fotográficas para Estabelecimentos de ensino e anexos	
	Associações sem fins lucrativos	Formulário de filmagens/ sessões fotográficas e anexos Formulário de Atribuição de Apoio Não Financeiro	Estatutos da Associação Carta de intenções
Produções sem apoio municipal		Formulário de filmagens/ sessões fotográficas e anexos	

1.4. A ANÁLISE DO SEU PEDIDO E A EMISSÃO DA LICENÇA

É da competência do serviço municipal UCT/DEPEP (Unidade de Coordenação Territorial/Departamento de Estruturas de Proximidade e Espaço Público) o licenciamento de ocupação temporária de espaço público para filmagens e sessões fotográficas.

A UCT/DEPEP analisa os pedidos e, consoante os requisitos da produção, consulta os outros serviços municipais e Juntas de Freguesia, com vista à obtenção de parecer, o qual será acolhido, salvo fundamentação expressa em contrário, baseado no superior interesse público. A notificação fica disponível à produtora num prazo máximo de 3 dias úteis (contados a partir do dia útil seguinte ao da entrega do pedido²). É igualmente remetido à produtora um aviso de pagamento, com um apuramento das taxas a co-

² A entrega do pedido terá de dar entrada presencialmente ou por via electrónica no Balcão Iniciativa Lisboa até às 19h30, sob pena de ser apenas considerada a data do dia seguinte.

brar. A licença é levantada no Balcão Iniciativa após um justificativo do pagamento.

Podem ser indeferidos os processos que entrem com menos de 3 dias úteis.

DESISTÊNCIA DO PEDIDO

Deve ser feita por e-mail pelas produtoras. Deverá enviar para o e-mail uct.dgepp.temporarias@cm-lisboa.pt. Será devida a taxa administrativa.

2. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PELO MUNICÍPIO DE LISBOA

2.1. APOIOS NÃO FINANCEIROS

As produtoras cinematográficas e de audiovisuais podem recorrer à legislação do Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa (RGTPORML), conjugada com o Regulamento de Atribuição de Apoios Municipais (RAAML), para solicitarem apoio ao desenvolvimento das suas produções em Lisboa.

No caso em que as produções cinematográficas e audiovisuais prossigam o interesse municipal, de acordo com os critérios definidos nos respectivos regulamentos municipais, designadamente, sejam de relevante interesse cultural ou de qualidade artística e técnica e divulguem a cidade de Lisboa, poderá ser considerada a concessão dos seguintes apoios³:

- isenção de taxas de ocupação de espaço público e outras taxas municipais;
- autorização para filmagens em espaços municipais;
- promoção e divulgação da produção nos canais disponíveis na CML;
- estreia do filme em espaço municipal;
- apoios logísticos vários numa ponderação caso a caso (remoção de mobiliário urbano, alterações à iluminação pública, limpeza de ruas e grafitis, etc).

³ Quando o apoio não financeiro solicitado (isenção de taxas e outros) cujos encargos estimados sejam superiores a 10 000 euros, a produtora terá que se inscrever na BDAA – Base de Dados de Atribuição de Apoios, através do Formulário para inscrição de entidades externas para atribuição de apoio

PRODUÇÕES QUE PODEM SOLICITAR APOIO MUNICIPAL	PRODUÇÕES SEM APOIO MUNICIPAL
Longas e Curtas metragens de Ficção e Documentários ⁽¹⁾	Publicidade
Séries de televisão e web-séries ⁽¹⁾	Programas de Entretenimento de TV
Filmes académicos requeridos pelos Estabelecimentos de Ensino ⁽²⁾	Telenovelas
Filmes promovidos por Associações sem fins lucrativos ⁽²⁾	Videoclips

(1) Que obtenham o reconhecimento de relevante interesse cultural e artístico, homologado pelo vereador com o pelouro da Cultura.

(2) Os estabelecimentos de ensino e associações sem fins lucrativos podem solicitar autorização à CML para filmar/fotografar no espaço público, ocupação de estacionamento, EMEL, cortes de trânsito, iluminação pública, entre outros, e podem ser atribuídas isenções de taxas municipais (alínea f) do nº 1 do artigo 10º RGTPORML). Apenas os pedidos de filmagens e sessões fotográficas nos equipamentos municipais e cedências de espaços, carecem do parecer do relevante interesse cultural, ao abrigo do disposto no anexo Descontos à Tabela de Preços e Outras Receitas Municipais, alínea 1.3

IMPORTANTE! Os serviços prestados pelos agentes do Regimento Sapadores Bombeiros (RSB), Polícia Municipal (PM), Polícia de Segurança Pública – Divisão de Trânsito (PSP-DT) e Juntas de Freguesia são sujeitos a pagamento em todas as produções de filmagens/sessões fotográficas, incluindo as requeridas pelos Estabelecimentos de Ensino (ver ponto 3.9). As respectivas taxas estão disponíveis para consulta na Tabela de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa em vigor, ou dos regulamentos gerais de taxas das freguesias.

Para as filmagens que solicitem apoio municipal não financeiro deve ser preenchido o Formulário de Atribuição de Apoio Não Financeiro e anexado um dossier com informação sobre o projecto que inclua:

- Sinopse, guião ou memória descritiva do projecto;
- Equipa técnica e artística;
- Descrição dos décors interiores e exteriores e cronograma das filmagens;
- Entidades promotoras e financiadoras do projecto, e declaração de atribuição de apoio, caso tenha sido já obtido;

- Circuitos de exibição nacionais e/ou internacionais;
- Orçamento global da produção e despesas da produção realizadas especificamente em Lisboa (apenas para fins estatísticos);
- Carta de intenções e estatutos legais (apenas para filmagens promovidas por associações sem fins lucrativos).

Este dossier e formulário devem ser remetidos à Lisboa Film Commission através do endereço: lisboafilmmcommission@cm-lisboa.pt, ou presencialmente.

A Lisboa Film Commission submete à apreciação da Direção Municipal da Cultura o potencial interesse cultural e artístico do projecto. Em caso afirmativo, as isenções solicitadas pela produtora terão ainda que ser reconhecidas pela Direção Municipal de Finanças.

A Lisboa Film Commission analisa e coordena o conjunto dos pedidos de filmagens e sessões fotográficas (via pública e espaços municipais) que tenham solicitado apoio municipal, e encarrega-se de os transmitir aos serviços municipais.

Nas filmagens com pedido de apoio municipal, o prazo de emissão de licença é mais alargado, podendo ser necessários 10 a 15 dias úteis. A licença é enviada directamente às produtoras pela Lisboa Film Commission.

Quando existe pedido de estacionamento tarifado, a Lisboa Film Commission informa a EMEL do apoio concedido pela CML de forma a obter a autorização e isenção de tarifas.

Caso pretenda desistir do pedido de filmagens, deverá enviar essa informação para o e-mail - lisboafilmmcommission@cm-lisboa.pt.

A concessão de apoio obriga à menção “Com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa” no filme/fotografia, bem como à inclusão dos logótipos da Câmara Municipal de Lisboa e da Lisboa Film Commission e/ou também “Com o apoio da Junta de Freguesia de...” no caso de se aplicar.

Estes últimos deverão também ser incluídos em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação.

A Lisboa Film Commission agradece o envio de uma cópia do filme, e de um suporte gráfico de divulgação (cartaz) para arquivo, bem como a notificação do dia de estreia e da data de distribuição do filme.

Para consultar os logos da CML, aceda ao link: <http://www.cm-lisboa.pt/município/camara-municipal/identidade-gráfica>, e para os logos da LFC aceda ao link: <http://www.cm-lisboa.pt/investir/lisboa-film-commission/logotipo>

2.2. APOIOS FINANCEIROS

Para os pedidos de apoio financeiro, nomeadamente produções de relevante interesse cultural ou artístico consulte: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/COMMON_AREAS/EscolaGaivotas/documentos/Info_GUIA_RAAML.pdf

3. DURANTE AS FILMAGENS

3.1. ESCOLHA DE LOCAIS DE FILMAGEM

A escolha de locais e de décors, tanto no exterior como no interior, é fundamental para um filme.

A partir do momento em que um local corresponda ao que se procura, recomendamos que as produtoras confirmem primeiro se o seu acesso/ utilização é fácil, e que verifiquem o ambiente em torno (escolas, hospitais, igrejas, etc.), de modo a que corresponda às necessidades das filmagens.

O site www.cm-lisboa.pt dispõe de uma ampla informação sobre localizações e espaços (municipais, estatais ou privados) que pode ajudar na pesquisa. Esta pode ser feita por nome, estando os espaços municipais identificados como tal:

Por equipamento - <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos>

Por zonas territoriais - <http://www.cm-lisboa.pt/zonas>

Por rua - <http://www.cm-lisboa.pt/toponímia>

A Lisboa Film Commission informa acerca da viabilidade de filmar em determinados locais municipais, em função das necessidades concretas da produção. A visita aos locais está sujeita à disponibilidade de agenda da Lisboa Film Commission e dos próprios espaços, nomeadamente os que estão sob gestão das Juntas de Freguesia.

O mesmo site disponibiliza as coordenadas dos locais e espaços afectos a entidades externas ao Município, permitindo às produtoras o contacto directo. Se o local ou espaço procurado pela produtora não estiver no site, a Lisboa Film Commission disponibiliza-se para auxiliar.

Para zonas mais procuradas para ocupação de espaço público, e sem prejuízo de uma avaliação do caso concreto, a Câmara Municipal define um período mínimo de 7 dias seguidos em que não são permitidas filmagens no mesmo espaço público.

De forma a verificar a disponibilidade do espaço público, poderão ser consultados a título meramente indicativo os seguintes sites:

<http://dados.cm-lisboa.pt/>

<http://dados.cm-lisboa.pt/dataset?q=eventos>

<http://www.cm-lisboa.pt/alertas/transito>

3.2. FILMAR EM LOCAIS PRIVADOS OU EM OUTROS LOCAIS PÚBLICOS (ADMINISTRAÇÃO CENTRAL OU JUNTAS DE FREGUESIA)

Para obtenção de autorização de filmagens em espaços públicos e privados, não municipais, as produtoras deverão dirigir o pedido às respectivas entidades.

É o caso quando se pretende filmar em hospitais, igrejas, universidades, estabelecimentos prisionais, transportes públicos, ou qualquer outro espaço privado ou público, que não pertença à área de intervenção municipal, tornando-se assim necessário que as produtoras se dirijam directamente a estes locais para tomarem conhecimento das condições de filmagem e solicitarem autorizações e eventuais pagamentos.

De igual forma, a CML pode requerer o parecer técnico/autorização da captura de imagens e ocupação temporária de espaços não municipais.

Alguns exemplos:

- Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém (DGPC - Direção Geral de Património Cultural/Secretaria de Estado da Cultura);
- Padrão dos Descobrimentos e Rosa-dos-ventos (EGEAC – Empresa Municipal de Gestão de Equipamentos Municipais);
- Parte da zona ribeirinha (Zona APL – Administração do Porto de Lisboa e Zona ATL – Associação do Turismo de Lisboa);
- Zona junto à costa, utilização de barcos (Capitania de Lisboa); Parque EXPO (CML, mas com algumas zonas privadas);
- Espaços das Juntas de Freguesia (chafarizes, fontanários públicos, mercados, feiras, cemitérios etc.)

3.3. INFORMAR OS RESIDENTES LOCAIS

Sempre que haja uma ocupação de um local, que possa vir a alterar o uso do espaço público pelos seus utilizadores habituais, é imprescindível que as produtoras informem com a antecedência mínima possível, antes do início das filmagens, a comunidade envolvente do que irá acontecer, identificando-se e fornecendo um contacto.

Isto poderá ser feito através de comunicado ou carta nas caixas de correio e cartaz nos condomínios, no comércio local e nas Juntas de Freguesia, nomeadamente quanto aos constrangimentos causados pela utilização de lugares de estacionamento.

No momento do pedido de licenciamento, a produtora terá que anexar uma cópia dessa comunicação.

3.4. ESTACIONAMENTO E CONDICIONAMENTOS DE TRÂNSITO

Em regra, a CML apenas valida o máximo de 5 lugares de estacionamento por cada local de filmagem (50m²) para viaturas técnicas ou de apoio, podendo em casos devidamente fundamentados atribuir mais lugares. Em freguesias onde o espaço público esteja menos congestionado será possível atribuir áreas de estacionamento superiores.

Estacionamento para os residentes

A produtora deverá garantir estacionamento alternativo aos residentes afetados com as filmagens, em parque público ou privado, de forma gratuita. Para garantir estacionamento aos residentes, a produtora deve recorrer às Juntas de Freguesia de modo a assegurar essa necessidade junto dos referidos parques.

Estacionamento para as produtoras

A reserva de estacionamento de viaturas técnicas, a reserva de limpeza de campo de filmagem e os condicionamentos de trânsito requerem a presença policial, cuja requisição antecipada fica a cargo da produtora. A sua presença visa garantir o levantamento e a reserva de estacionamento, e garantir a segurança viária e pedonal.

A identificação de lugares de estacionamento para as produtoras deve ser sempre articulada com a Lisboa Film Commission, devendo sempre que seja possível mais do que uma alternativa, dar preferência ao estacionamento de equipas técnicas fora das zonas mais concorridas em tráfego, estacionamento e circulação de peões, e por conseguinte as viaturas devem estacionar na zona circundante.

O estacionamento de viaturas em cima do passeio ou em placas centrais de rotundas não é autorizado, conforme legislação do Código da Estrada e normas de segurança em vigor.

EMEL

A circulação de veículos em Zonas de Acesso Condicionado a Residentes e aos Bairros Históricos deverá ser limitada ao mínimo indispensável à realização da produção. Para o acesso dos veículos técnicos a produtora deve identificar as matrículas e enviar um e-mail para: bairroshistoricos@emel.pt. As produtoras terão que contactar com a EMEL (Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa) para proceder à reserva de lugares de estacionamento e seu pagamento. Pode consultar as tarifas no site da EMEL: <https://www.emel.pt/pt/onde-estacionar/via-publica/tarifarios/>

Zona de Emissões Reduzidas (ZER)

As Zonas de Emissões Reduzidas têm como principal objetivo diminuir a concentração de poluentes nas cidades. Os veículos ligeiros, construídos antes de janeiro de 2000, os pesados construídos antes de outubro de 2000, e os veículos que não respeitem a norma de emissões Euro 3, não podem circular na Zona 1, nos dias úteis, entre as 7 horas e as 21 horas. Mantém-se a permissão de atravessamento desta zona entre a Rua das Pretas e a Praça da Alegria, e na Rua da Conceição.

Os ligeiros construídos antes de janeiro de 1996, os pesados construídos antes de outubro de 1996, e os veículos que não respeitem a norma de emissões Euro 2, não podem circular Zona 2, nos dias úteis, entre as 7 horas e as 21 horas.

Aceda ao site da Câmara Municipal de Lisboa para melhor visualização:
<http://www.cm-lisboa.pt/perguntas-frequentes/ambiente/zer-zona-de-emissoes-reduzidas>

Cortes intermitentes de trânsito

Os cortes temporários de trânsito são coordenados por uma entidade policial no local e carecem de parecer do serviço de Gestão de Mobilidade e Transportes. São autorizados 2 a 3 minutos no máximo, preferencialmente ao fim de semana e em determinadas zonas de menos trânsito.

3.5. EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS A INSTALAR

Em caso de utilização de guias, andaimes ou outras plataformas elevatórias ou mobiliário, a produtora terá que informar sobre as características do equipamento e respectiva implantação. Nestes casos é necessário a presença das autoridades policiais para acautelar a segurança pedonal e rodoviária.

De noite ou em condições de difícil visibilidade devem assinalar-se adequadamente estes equipamentos e estruturas.

Durante a sua montagem e desmontagem devem minimizar-se os ruídos ou qualquer outro incómodo.

3.6. FILMAGENS E FOTOGRAFIAS EM ESPAÇO AÉREO

As autorizações de filmagens/fotografias aéreas com utilização de drones ou aeronaves não tripuladas carecem sempre de autorização da ANAC - Autoridade Nacional de Aviação Civil, e da AAN - Autoridade Aeronáutica Nacional. À semelhança da necessidade de licença para reserva de espaço público emitida pela CML, também o ANAC considera que esta atividade se poderá realizar dentro de uma reserva de espaço aéreo para garantir a segurança aérea.

Deste modo são emitidas duas licenças: a da ANAC, relativa à certificação do drone que irá realizar o trabalho aéreo, e a da AAN, que irá verificar em que termos pode ser realizado, e eventualmente a necessidade de outras autorizações de entidades competentes.

Para mais informações sobre filmagens com drones, deverá ser consultado o site: www.voanaboa.pt

Podem ainda ser aplicáveis as restrições impostas pela Lei de Proteção de Dados.

3.7. RUÍDO

Caso a filmagem/sessão fotográfica contemple atividade ruidosa, devem referir na memória descritiva a identificação dos equipamentos mecânicos, elétricos ou de amplificação sonora a utilizar e a descrição das medidas previstas para redução do ruído. O ruído deve ser reduzido ao mínimo. As filmagens deverão garantir sempre o cumprimento do Regulamento Geral do Ruído.

Para as filmagens perto de habitações em período nocturno – das 21h às 09h – ou ao fim de semana e feriados, devem solicitar a licença especial de ruído. Aconselha-se que todas as cenas que impliquem um ruído considerável sejam realizadas antes do período nocturno.

3.8. ILUMINAÇÃO PÚBLICA E INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS

As necessidades de Iluminação pública devem ser assinaladas no formulário, indicando datas, horários e duração da necessidade do piquete de iluminação pública.

As necessidades de energia eléctrica devem ser pedidas pelos requerentes directamente à EDP.

Em espaço municipal:

Qualquer uso de instalação eléctrica ou de qualquer outra infra-estrutura em espaço municipal deverá ser levado a cabo pelo pessoal técnico do mesmo ou, pelo menos, com a sua supervisão.

3.9. PRESENÇA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA E SERVIÇO DO REGIMENTO DE SAPADORES DE BOMBEIROS

A Polícia Municipal (PM) e a Polícia de Segurança Pública (PSP) assumem o policiamento, em regime de remunerado, designando para o efeito os agentes em escala de serviço.

A produtora terá que efectuar o pedido directamente a estas forças de segurança e ficará a seu cargo a respectiva despesa, previamente comunicada por aquelas entidades, aplicando-se independentemente das filmagens terem ou não apoio municipal.

A presença policial é requerida para a reserva de estacionamento, para os condicionamentos de trânsito, para as filmagens de viaturas em circulação (acompanhamento por batedores da Polícia), e pode também ser exigida no acompanhamento de filmagens que apresentem alguma complexidade. Nas filmagens em espaços municipais o acompanhamento é feito exclusivamente pela PM.

O serviço do Regimento de Sapadores de Bombeiros deve ser feito de acordo com as necessidades logísticas da produção, para situações como

cedência de camião cisterna para abastecimento de água para efeito chuva, efeitos especiais, fogo-de-artifício, explosão/fogo, piquete de prevenção em teatros municipais, etc.

Também neste caso a despesa ficará a cargo da produtora, seja em filmagens com ou sem apoio municipal.

3.10. PARTICIPAÇÃO DE ANIMAIS

A participação de animais em locais públicos é objecto de um pedido prévio.

Os animais utilizados durante a rodagem devem ter um seguro, devem-lhe ser fornecidas todas as condições de segurança e bem-estar, e a sua participação não pode apresentar riscos para a saúde e segurança de outros. A sua utilização implica uma avaliação do risco pelos serviços municipais. Em todos os locais onde os animais permaneçam deverá ser colocado um bebedouro e um comedouro.

Deverá ainda ser garantido, pela produtora, a imediata recolha e acondicionamento dos dejectos dos animais.

Documentos necessários:

- Documentação sanitária de todos os animais envolvidos;
- Declaração emitida pelo médico veterinário responsável atestando as boas condições de saúde e de alojamento dos referidos animais;
- Declaração emitida pela entidade organizadora do evento confirmando que este cumpre todos os requisitos de bem-estar animal;
- Seguro de Responsabilidade Civil;
- Comprovativo do licenciamento das viaturas de transporte dos animais em questão;
- Comprovativo da autorização prévia concedida pela DGAV (Direcção Geral de Alimentação e Veterinária) para a realização do evento, bem como indicação da data e do local exacto da sua concretização.

3.11. ARMAS DE FOGO, EXPLOSIVOS E MATERIAL PIROTÉCNICO

A utilização de armas de fogo (disparos) requer autorização por parte do Departamento de Armas e Explosivos da Direcção Nacional da PSP, através do endereço: depaex@psp.pt.

Compete à Polícia de Segurança Pública um conjunto de encargos de verificação e controlo aos níveis tanto das condições de titularidade de licenças de uso e porte de armas das diversas classes legalmente previstas, como do exercício de certas atividades a desenvolver por entidades ou pessoas devidamente autorizadas.

3.12. LIMPEZA E CATERING

As equipas de produção devem respeitar os locais e os espaços utilizados. A produtora será responsável por eventuais danos que possam ocorrer no espaço público ou espaços municipais no decorrer da rodagem, ficando obrigada a manter os mesmos, durante o seu desenvolvimento e uma vez concluída a actividade, nas devidas condições de limpeza e conservação em que foram encontrados. Os custos de limpeza e serviços de água poderão ser imputados à produtora, pelo município ou pelas Juntas de freguesia.

É proibida a instalação de tendas de catering no espaço público, salvo em situações que pelas suas características possa ser autorizado (exemplo: viaturas de catering fechadas e de utilização exclusiva para apoio à produção).

3.13. SEGUROS E RESPONSABILIDADE

A emissão de uma licença de ocupação de espaço público para filmagens obriga à existência de um seguro de responsabilidade civil (que cubra danos patrimoniais e a terceiros), que inclua o período de montagens e desmontagens. A licença só é emitida no momento em que a produtora envia um certificado da apólice de seguro.

Todas as precauções devem ser tomadas pela produtora de modo a não degradar o espaço público. Caso contrário, a produtora será responsabilizada pelas despesas relativas aos trabalhos de reparação em espaço público ou espaço municipal que tenham sido causados durante a rodagem (pavimento, mobiliário urbano, espaço verde, sinalética de trânsito, etc.).

Qualquer dano que ocorra deve ser de imediato comunicado à Lisboa Film Commission.

Em caso de desrespeito por estas obrigações, a Câmara Municipal de Lisboa poderá inviabilizar a filmagem em causa.

3.14. FISCALIZAÇÃO

Os agentes da Polícia, os diferentes serviços municipais e os serviços das juntas de freguesia poderão proceder a ações de fiscalização, no âmbito das suas competências de fiscalização cuidando do exato cumprimento das licenças.

3.15. DIREITOS DE AUTOR E DIREITOS DE IMAGEM

Não é exigido nenhum direito de imagem pelo património público da competência da Câmara Municipal de Lisboa. No domínio do cinema e do audiovisual, cada obra está ela própria sujeita ao cumprimento dos termos e condições da legislação de direitos de autor e de direitos conexos em vigor. Devem igualmente ser considerados todos os eventuais procedimentos suscitados pelas próprias instituições e locais onde decorrem as filmagens, no que se refere à salvaguarda do seu valor intrínseco e patrimonial.

As empresas e os profissionais do sector do cinema e audiovisuais que operam na cidade de Lisboa deverão cumprir todas as disposições legais no que respeita à legislação laboral, segurança de pessoas e bens, legislação aplicável ao sector e demais disposições que respeitam ao exercício da sua actividade e pelas quais são totalmente responsáveis, não cabendo à CML/Lisboa Film Commission qualquer responsabilidade pelo seu não cumprimento.

CONTACTOS IMPORTANTES

Lisboa Film Commission

Tel. 218 170 962 | lisboafilmcommission@cm-lisboa.pt
www.cm-lisboa.pt/investir/lisboa-film-commission

Balcão Iniciativa Lisboa

Tel. 808 203 232 | iniciativa.lisboa@cm-lisboa.pt | Campo Grande, 13 Lisboa

Polícia Municipal

Tel. 217 825 200 | pm@cm-lisboa.pt

Polícia de Segurança Pública/Divisão de Trânsito

Tel. 217 501 200 | dt.lisboa@psp.pt

EMEL

Tel. 217 813 686 | ovp@emel.pt

Regimento Sapadores Bombeiros

Tel. 218 171 430 | rsb.gc@cm-lisboa.pt

Direção Geral do Património Cultural

Tel. 213 620 034 | diretora@mjeronimos.dgpc.pt

EGEAC

Tel. 218 820 090 | geral@egeac.pt

Administração do Porto de Lisboa

Tel. 213 922 259 | geral@portodelisboa.pt

Associação de Turismo de Lisboa

Tel. 210 312 700 | atl@visitlisboa.com

Autoridade Nacional de Aviação Civil

Tel. 218 423 500 | geral@anac.pt

Autoridade Aeronáutica Nacional

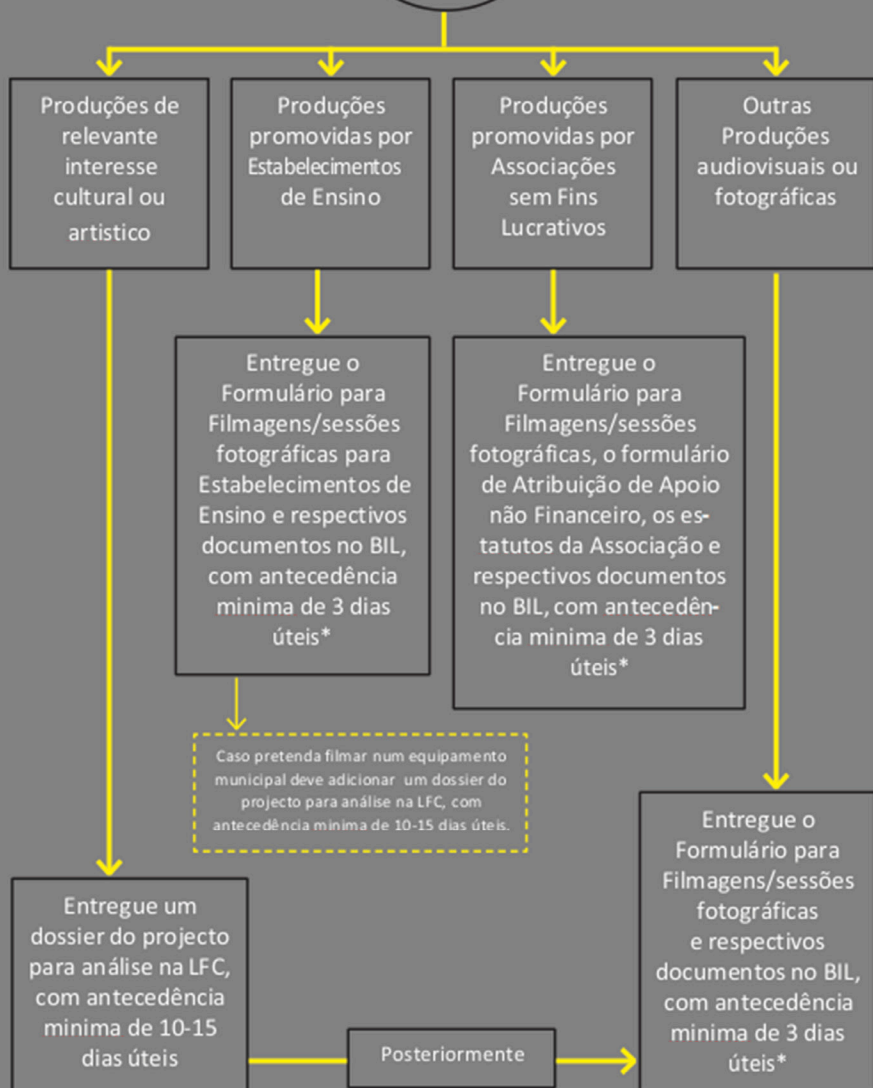
Tel. 214 717 428 | imagens.aereas@aan.pt

Juntas de Freguesia de Lisboa

<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/juntas-de-freguesia>

A Lisboa Film Commission está disponível para responder a todas as questões das produtoras e acompanhar as respectivas solicitações, de segunda a sexta-feira.

Como
fazer para
Filmar/Fotografar
em Lisboa?



* contados a partir do dia útil seguinte ao da entrega do pedido

BIL: Balcão Iniciativa Lisboa
LFC: Lisboa Film Commission

FICHA TÉCNICA

Edição

Câmara Municipal de Lisboa
Direcção Municipal de Cultura
Lisboa Film Commission

Equipa

Cristina Matos Silva - Film Commissioner
Rita Rodrigues - Coordenadora Executiva
Alice Branco
Carla Gonçalo
Alice Tavares
Margarida Costa

Design

Joana Amaral

Ano

2018

